



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS
ESTADO DO PARANÁ**

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

PARECERES DOS RECURSOS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO - FAU, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO os pareceres dos recursos do CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS-PR interpostos contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura n.º 01/2019, na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorridas de acordo com o novo gabarito.

Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito. No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.

CARGOS PERÍODO MANHÃ

NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão pede que se marque a alternativa incorreta com base nas informações do texto. A alternativa “A” é correta de acordo com o primeiro e o segundo parágrafos. A alternativa “B” é incorreta de acordo com o seguinte trecho “A instituição Ocean Conservancy já alertou: na próxima década, os oceanos do mundo podem conter um quilo de plástico para cada três quilos de peixe.” Ou seja, o texto afirma que, na próxima década, os oceanos terão uma proporção de



um para três de plástico para peixes e não mais plástico que peixes. A alternativa “C” é correta de acordo com o terceiro e quarto parágrafos. A alternativa “D” é correta de acordo com o penúltimo parágrafo do texto. Finalmente, a alternativa “E” é correta de acordo com as informações do último parágrafo.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

QUESTÃO 10 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

Como visitou 135 casas e nossa expectativa é que a cada dez casas visitadas realize uma venda, temos $(135/10=13,5)$ 13 vezes este processo completo.

Alternativa correta letra “D”.

QUESTÃO 12 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

A tabela de promoção é específica em relação ao desconto ordinal de cada dia.

Dias	Desconto
1° dia (100%)	R\$ 120,00
2° dia (80%)	$120 \times 0,80 = \text{R\$ } 96,00$
3° dia (70%)	$120 \times 0,70 = \text{R\$ } 84,00$
4° dia (60%)	$120 \times 0,60 = \text{R\$ } 72,00$
Total	R\$ 372,00

Alternativa correta letra “E”.

AGENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 36 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a bibliografia de Administração de Materiais recomenda o inverso. Ademais, o recurso fez apenas uma afirmação, sem base em bibliografia da área, não houve argumentação plausível, tampouco questionamento.



Referência Bibliográfica: MARTINS, Petrônio Garcia, ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

QUESTÃO 39 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o decreto do governo federal aludido diz no seu artº 1. que é o tratamento a ser utilizado pela administração publica federal direta. O mesmo decreto em seu § 3º é claro: *este decreto não se aplica*; entre todos os poderes que não se aplica, inclui-se os entes federativos. para informação, entes federativos, são os estados, distrito federal e municípios, aqui é o caso do município de Siqueira Campos, promotor do concurso.

DENTISTA

QUESTÃO 24 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que essa questão foi retirada do seguinte estudo: Estudo, segundo Person et al (2003), comparando radiografia panorâmica e radiografia intraoral periapical para acesso dos níveis do osso alveolar na manutenção periodontal da população, tem como resultado que a perda óssea do osso alveolar tem um modelo de distribuição simétrico, conseqüentemente, para avaliação periodontal a radiografia panorâmica pode substituir, pelo menos em parte, o exame radiográfico periapical de boca-toda. No estudo generalizado de lesões periodontais, no diagnóstico precoce das perdas horizontais e das interrupções de lâmina dura, as radiografias panorâmicas mostraram-se superiores às radiografias intrabucais, conforme Horton et al (1977). Segundo Garcias et al (1975), a panorâmica permite ao profissional determinar claramente a ordem dos procedimentos efetuados e também, motivar o paciente. Avalia o complexo maxila-facial, uma vez que as intraorais não mostram área suficiente para determinar o estado ósseo geral dessa região. Hirschmann (1987) propõe a radiografia panorâmica seguida de radiografias periapicais tomadas apenas das principais regiões afetadas, com vistas ao rendimento do diagnóstico e como menor dose de radiação. As cinco áreas propostas nesse estudo, nas quais as radiografias panorâmicas, apesar de suas limitações, podem prestar uma importante contribuição são: avaliação da perda óssea, grau de mobilidade, trauma oclusal, cálculos e perda marginal, relação raiz/coroa.

Em estudos mais recentes, Tozum & Taguchi (2004) mostram a relação entre a densidade mineral do osso da mandíbula e do esqueleto periférico. A perda da densidade mineral óssea torna-se mais evidente em idosos e mulheres na fase da menopausa. A observação de perda óssea generalizada nas radiografias panorâmicas pode sugerir um indício de que o paciente deve procurar um médico especialista para prevenção da osteoporose. Adriens et al (1982), nos afirma que a principal desvantagem para o uso das radiografias panorâmicas é a falta de detalhes, ou seja, a má definição de certas estruturas, a ligeira distorção e ampliação promovida por esta técnica. Sua contra-indicação principal seria em procedimentos que exigem nitidez excelente como, por exemplo: cáries interproximais; cristas alveolares; lesões na região anterior (maxila e mandíbula) pela sobreposição da coluna cervical, nível de obturação dos condutos radiculares. Segundo Whaites (2003), além das desvantagens acima citadas, imagens de tecidos moles e de ar podem sobrepor estruturas de tecidos duros importantes e o uso de filmes de ação indireta e placas intensificadoras resulta em certa perda na qualidade da imagem. A área focal nas



radiografias panorâmicas não se adequa a todos os arcos faciais fazendo com que algumas estruturas se apresentem fora de foco.

A indicação da panorâmica como técnica de escolha para determinar lesões apicais depende da região e da fase em que a lesão se encontra sendo, essas lesões, melhores observadas na região de molares e com lesões maiores de acordo com estudo realizado por Almeida et al (2001).

Referência Bibliográfica: Armando Massao, Saio Emerson H Bragaroli Márcio Reinaldo Clare Rosa Simone M Mazeto. RADIOGRAFIAS PANORÂMICAS ABRANGÊNCIA MULTI DISCIPLINAR.

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que apenas a alternativa “E” está incorreta de acordo com o texto abaixo:

2.3 INVASÃO DO ESPAÇO BIOLÓGICO:

ROSENBERG *et al* (1996) dizem que "a restauração de um dente sem considerar o espaço biológico, pode resultar em resposta gengival pobre, se tecido conjuntivo e inserção epitelial forem violados". SACHS (1985) fala que, uma invasão do espaço biológico promove uma resposta inflamatória, quando o periodonto tenta se remodelar para restabelecer sua distancia biológica entre o "objeto estranho" (a restauração) e a crista óssea. DAVARPANAH *et al* (1998) citam que a invasão do espaço biológico durante a preparação dental, pode resultar numa inflamação crônica, diminuir a quantidade de osso alveolar, causar a recessão gengival e a formação de bolsa periodontal. Reafirma também que "a inflamação crônica resultante da invasão do espaço biológico compromete a estética e a saúde periodontal".

Referência Bibliográfica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DENTÍSTICA RESTAURADOURA
INTER-RELAÇÃO DENTÍSTICA RESTAURADOURA / PERIODONTIA - INTERFACE
ALVÉOLOLO RESTAURAÇÃO – IAR.

CARGOS PERÍODO TARDE

NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

QUESTÃO 11 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:



Temos 7 amigos ao total, sendo que 2 não vão pagar a conta e os outros 5 vão desembolsar R\$ 28,00 a mais cada.

$5 \times 28,00 = 140,00$ ou seja, $140/2 = 70,00$ esta é parte de cada um dos amigos individualmente. Sendo $70,00 \times 7 = R\$ 490,00$ valor total da conta.

Alternativa correta letra “A”.

ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO 30 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que segundo consta no texto “Seguridade Social: redefinindo o alcance da Cidadania” escrito por Guilherme Delgado, Luciana Jaccoud e Roberto Passos Nogueira; e que faz parte do Caderno Seguridade Social “Políticas Sociais: acompanhamento e análise”, consta que “no Brasil, o processo de regulamentação da CF de 1988 adotou definições que combinam os paradigmas: universalista (saúde e previdência rural); contributivo (previdência urbana); e seletivo (Assistência Social); dentro dos limites de cada um destes tipos clássicos de proteção social do pós-guerra. Ressalte-se que a política de combate ao desemprego, sob a forma de seguro (seguro-desemprego), também foi inscrita no texto constitucional como parte da política previdenciária, sendo executada institucionalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – por meio do Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)... Assim, graças ao arcabouço legal dado pela Constituição, o princípio contributivo passava a dividir espaço com o princípio de universalidade não contributiva, que hoje preside muitas das ações da Seguridade Social. A ênfase em tais princípios de equidade, amplitude de cobertura e participação democrática estava em consonância com as demandas então apresentadas por diversos movimentos que se organizavam em torno da noção de cidadania, englobando tanto a dimensão de direitos políticos quanto a dimensão dos direitos sociais.” (DELGADO et al, p. 23).

Cabe ressaltar, que segundo os autores acima citados, “para a Previdência Social, a adoção do conceito de Seguridade Social implicou em um mandato de universalização da cobertura e busca de redistributividade do seu plano de benefícios, bem como de sua estrutura de financiamento. Deve-se destacar o reconhecimento, de forma inovadora no país, de novas regras para os benefícios rurais, ultrapassado os limites da concepção estrita de seguro social até então em vigor. A Constituição determinou a inclusão do trabalhador rural em regime de economia familiar por meio de princípios diferenciados, desvinculando o acesso ao benefício da comprovação de contribuição individual e o associando à comprovação da inserção naquele regime de produção. Contudo, as camadas urbanas não detentoras de capacidade contributiva não receberam acolhida diferenciada, mantendo-se assim, ainda hoje, largamente excluídas da proteção previdenciária.” (p.24)

Nessa direção, no texto “Previdência social rural e gênero” de Anita Brumer, destaca que “o modelo de previdência social adotado no Brasil para o setor urbano, cujos trabalhadores de um modo geral têm empregos assalariados formais e rendimentos regulares, não pode ser aplicado ao setor rural, no qual os trabalhadores não contam com rendimentos regulares (muitos vivem da produção para o autoconsumo, não auferindo nenhum rendimento monetário) nem se classificam de modo geral como assalariados. Além disso, dentro da dinâmica de desenvolvimento econômico do País, nas últimas décadas, o



setor rural é subordinado ao urbano, cabendo-lhe financiar investimentos, com transferência de recursos do setor agrário ao industrial, o que faz com que deixe uma vasta extensão de agricultores familiares excluídos... Resulta disso, que a capacidade contributiva do setor rural para a previdência social é muito baixa, tornando praticamente impossível o equilíbrio entre contribuições e benefícios. De acordo com Schwarzer (2000, p.74), como indicado pela experiência internacional, há necessidade das estruturas proverem financiamento alternativo ou complementar à contribuição baseada na renda, de modo a criar uma cobertura universal.” (p.51-52)

Por fim, destaca-se a Nota técnica n 25 do IPEA intitulada “PREVIDÊNCIA RURAL: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso”, ressalta que “a previdência rural inaugurada com a Constituição de 1988 afirma-se, dessa forma, não apenas como política de prestação de benefícios mais equitativos e abrangentes, mas, sobretudo, como elemento integrado ao sistema de seguridade social e, por isso, imbuído dos princípios que o art 194 atribui a este último: universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento, com administração democrática e descentralizada da política.”

Referência Bibliográfica: DELGADO, G et al. SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA.

Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4347/1/bps_n17_vol01_seguridade_social.pdf

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7>

Valadares, A. A; GALIZA, M. Nota técnica n 25 IPEA. PREVIDÊNCIA RURAL: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE EM TORNO DO FINANCIAMENTO E DAS REGRAS DE ACESSO.

Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6516/1/Nota_n25_Previdencia_rural.pdf.

QUESTÃO 31 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a intersetorialidade é uma nova lógica de gestão, que transcende um único “setor” da política social, é um instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas em prol de um objetivo comum. Portanto, não pode ser considerada uma estratégia técnica ou administrativa, pelo contrário, é um processo político e, portanto, vivo e conflituoso. Não é fácil, mas também não é impossível, desde que a maioria esteja consciente de que vale a pena persegui-la em prol do interesse público. Ademais, a intersetorialidade enquanto prática compartilhada pressupõe a decisão política para a realização de ações conjuntas. (MONNERAT, SOUZA, 2014).

Referência Bibliográfica: MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Orgs). A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014.



FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO 32 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o paciente apresenta espasticidade dos extensores do joelho o que caracteriza uma marcha hemiparética, e que o uso do músculo quadrado lombar durante a marcha é uma compensação e que ocasiona a elevação do quadril, o fisioterapeuta deve minimizar essa compensação usando o contato manual para limitar o movimento pélvico de elevação durante a fase de balanço. Qual seria o movimento de rotação (interna ou externa?) que o fisioterapeuta deveria melhorar durante a fase de balanço em um paciente com espasticidade extensora?

O quadrado lombar é um dos músculos responsáveis pela estabilidade do tronco, sendo o seu papel importante no controle postural durante o ato da marcha. Qualquer diminuição no controle postural implica uma alteração da funcionalidade o que se manifesta por alterações nos padrões de ativação muscular, tornando-se necessário compreender não apenas os diferentes componentes de uma marcha normal, mas também as componentes de uma marcha disfuncional: neste caso da marcha hemiparética. A contração dos glúteos médio e mínimo estabilizam a pelve enquanto a contração do quadrado lombar contralateral assiste na elevação da pelve o que permite a elevação suficiente desta, liberando o membro inferior para avançar na fase de balanço da marcha.

O quadrado lombar define-se como um músculo mobilizador e estabilizador. Num indivíduo saudável, o quadrado lombar desempenha um papel primordialmente mobilizador em que realiza, como primeira ação, a flexão lateral da coluna vertebral, fixa também a 12ª costela de forma a promover uma base estável para a contração do diafragma durante a inspiração. Tendo como ponto fixo a inserção superior, eleva o lado da pélvis em que se insere. Pela sua ação enquanto mobilizador, desempenha um papel no tronco e na pelve assim sendo em um padrão de marcha hemiparética, represente um dos padrões dominantes nestas articulações. Dessa forma, o músculo quadrado lombar não desempenha nenhum movimento de rotação, tornando a questão “E” incorreta.

Referência Bibliográfica: Comerford, M., & Mottram, S. (2012). Kinetic control: The Management of Uncontrolled Movement. Elsevier.

Cinesilogia clínica de Brunnstrom. 6. ed. ed. Barueri: Manole, 2014. xxxiv, 706 . p.

QUESTÃO 34 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que de todos os testes citados na questão, o único que pode identificar se o problema é na sacroilíaca ou no quadril é o FABERE. Este teste destina-se a detectar tanto as patologias do quadril, como as da articulação sacro-ilíaca. Se a dor for referida na região inguinal, pode haver patologia na articulação do quadril; caso a dor seja referida na região posterior, pode haver patologia na articulação sacro-ilíaca. Dessa forma, de acordo com a sintomatologia apresentada diferenciação da dor originada nas articulações sacroilíacas em oposição à patologia do quadril é realizada.

Referência Bibliográfica: HEBERT, Sizínio K. (et al.). Ortopedia e traumatologia: princípios e prática. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 1693 p.



QUESTÃO 37 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão relata que os problemas apresentados pela paciente são osteoporose e dor que indicam a distrofia simpático-reflexa. Dessa forma, entre as alternativas a única que considera intervenção direcionada para a osteoporose e dor decorrentes dessa complicação (distrofia simpático reflexa) é a B. O uso da extremidade afetada nas tarefas diárias é incentivado durante a reabilitação para inibir a atrofia muscular. A imobilização e a superproteção podem produzir ou exacerbar a desmineralização, mudanças vasomotoras, edema ou mudanças tróficas. A recuperação da disfunção requer exercício apropriado e pressão e movimento são necessários para manter o movimento articular e prevenir o enrijecimento.

A progressão deve ocorrer de forma lenta e suave com o fortalecimento, e exercícios de sustentação de peso e de sobrecarga ativa devem ser incorporados. Carga progressiva de estresse refere-se a um conjunto de exercícios destinado a melhorar o curso clínico de pacientes que sofrem de distrofia simpática reflexa. O programa foi adaptado de H. Kirk Watson e Lois Carlson: Tratamento da distrofia simpática reflexa da mão com um programa ativo de carga de estresse, *J Hand Surg* 1987; 12A: 779-785. Um programa de carga de estresse promove o movimento ativo e a compressão das articulações afetadas por um período mínimo de 3-5 minutos consecutivos, três ou mais vezes por dia. Embora a carga de estresse possa inicialmente produzir um aumento da dor ou inchaço da extremidade, após vários dias uma diminuição nos sintomas começará a ser evidente.

Referência Bibliográfica: DUTTON, M. Fisioterapia ortopédica. 2 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

Hendrik van de Meenta, Margreet Oerlemans, Almar Bruggeman, Frank Klomp, Robert van Dongene, Rob Oostendorp, Jan Paul Frölke. Safety of “pain exposure” physical therapy in patients with complex regional pain syndrome type 1. *PAIN* 152 (2011) 1431–1438.

PROFESSOR DE ARTES

QUESTÃO 24 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão não se refere a maior ou menor frequência que estaria sinalizando para o elemento altura. A questão usa o termo volume para tratar da diferença entre um som de maior (mais força) ou menor (menos força) que correspondem ao elemento intensidade. Zajarkiewicz, p.86 cita que “No caso do som poderíamos dizer que quanto maior o volume (maior a energia sonora) maior a amplitude das ondas sonoras produzidas”. Chierecci (p.111) relata que: quando analisamos como a frequência da onda sonora interfere no som produzido, estamos analisando a sua Altura. Diferente do que é comum ouvirmos, a altura do som não está relacionada com seu volume. Como vimos anteriormente, o volume esta relacionado com a amplitude da onda e sua Intensidade sonora. (p.111).

Referência Bibliográfica: CHIERECCI, Ricardo. O som da física- a presença essencial da música no aprendizado de acústica. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81131/tde-13042015-152703/pt-br.php>.



Zajarkiewicz, Daniel Fernando Bondarenco. Poluição sonora urbana: principais fontes. Aspectos jurídicos e técnicos. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp136499.pdf>).

QUESTÃO 25 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista a importância desse fato que faz parte de um momento histórico de grande relevância na história da arte educação no Brasil. Esse fato ajudou a encabeçar a politização dos arte educadores para conseguir fugir das manipulações governamentais e buscar liberdades democráticas e direito à educação e à cultura.

Referência Bibliográfica: Barbosa, Ana Mae. Arte - Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300010.

Pacheco, Luis Augusto de Paula Lacerda. Experiência Estética no Ensino Médio: [manuscrito], a performance, o corpo e o conhecimento sensível, 2019. Disponível em: https://culturavisual.fav.ufg.br/up/459/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Lu%C3%ADs_Augusto_de_Paula_Lacerda_Pacheco_-_2019_comprimido.pdf.

QUESTÃO 40 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os conteúdos dessa questão estão explícitos no PCN de Arte tratando da história da arte na educação brasileira. O item IV aparece na página 21 do PCN. Além disso, as outras alternativas não teriam como estarem corretas, as letras B, C e E incluem o item III – que relata: “Na escola nova, o ensino de Arte era voltado essencialmente para o domínio técnico, mais centrado na figura do professor; competia a ele “transmitir” aos alunos os códigos, conceitos e categorias, ligados a padrões estéticos que variavam de linguagem para linguagem, mas que tinham em comum, sempre, a reprodução de modelos.” Esse item claramente não está correto, pois relata o contrário do que foi a escola nova. Assim, qualquer alternativa que incluísse o item III deveria ser eliminada. A letra “D” Não pode estar correta, pois, mesmo não sabendo que o item IV estava correto poderia saber que o item I que trata exclusivamente da arte no Brasil é correto. Assim, se não soubesse o conteúdo descrito no PCN de Arte, poderia encontrar a alternativa correta por eliminatória.

Referência Bibliográfica: Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 130p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Arte : Ensino de primeira à quarta série. I. Título.



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 29 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que é possível identificar a resposta correta na questão, sendo a mesma de fácil entendimento e compreensão, no qual entende-se que seja possível sua correta interpretação e análise da figura.

QUESTÃO 36 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que segundo as regras oficiais do atletismo aponta que a marcação a ser realizada deverá ser o ponto mais próximo da tabua de impulsão que o atleta toca o solo, “Todos os saltos devem ser medidos a partir da marca mais próxima da área de queda feita por qualquer parte do corpo ou qualquer coisa que esteja atada ao corpo no momento em é feita uma marca na área de queda, ou linha estendida da área de queda. A medição será feita perpendicular à linha de impulsão ou sua extensão....”, regras oficiais 2018/2019, regra 184 (condições gerais), páginas 50 e 51.

Referência Bibliográfica: Regras oficiais de Competições da IAAF 2018/2019 Edição Oficial para o Brasil

(http://www.cbat.org.br/repositorio/cbat/documentos_oficiais/regras/regras_oficiais_2018_2019.pdf).

NÍVEL FUNDAMENTAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

QUESTÃO 34 - ALTERAR GABARITO DA ALTERNATIVA DE “E” PARA “A”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que a bota de borracha não é instrumento ou material de limpeza, é um EPI.

QUESTÃO 35 – ALTERAR GABARITO DA ALTERNATIVA DE “C” PARA “B”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que não se faz varrição com jatos de água.

QUESTÃO 36 - ALTERAR GABARITO DA ALTERNATIVA DE “A” PARA “E”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que não devemos misturar críticas profissionais com pessoais.



Referência Bibliográfica: Mato Grosso. Secretaria da Fazenda. Manual de etiqueta profissional, p. 19.

QUESTÃO 37 - ALTERAR GABARITO DA ALTERNATIVA DE “B” PARA “D”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que não há como conferir se o aroma do café está agradável e encorpado com a embalagem ainda fechada.

QUESTÃO 38 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que aço inoxidável, alumínio e vidro são materiais laváveis, já a porta de madeira (tipo prancheta) ao ser lavada tende a “inchar” e descolar.

QUESTÃO 39 – ANULA GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que todas as alternativas apresentam itens que podem ser recolhidos e encaminhados para reciclagem.

BORRACHEIRO

QUESTÃO 37 – ANULA GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que faltou no final do enunciado o termo EXCETO, pois rodar com pneus furados apenas no asfalto frio não é uma medida indicada para se aumentar a vida útil dos pneus.

MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS

QUESTÃO 24 – MANTÉM GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão originou-se do Art. 135 do Código Penal Brasileiro, código este que trabalha comumente ao Código de Trânsito Brasileiro.



O artigo 135 do Código Penal Brasileiro é bem claro: “Deixar de prestar socorro à vítima de acidente ou pessoa em perigo iminente, podendo fazê-lo, é crime”. A pena é detenção de 1 a 6 meses ou multa, podendo ser aumentada em 50% se a omissão resultar em lesão corporal grave ou até triplicada se resultar em morte.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm, tecnodata – Curitiba, 1ª Habilitação.

QUESTÃO 38 – ALTERAR GABARITO DA ALTERNATIVA “A” PARA “B”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que o mesmo foi DEFERIDO, pois a única alternativa que atende ao enunciado é a letra “B”.

Referência Bibliográfica: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm.

TRABALHADOR BRAÇAL

QUESTÃO 40 – ANULA GABARITO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que todas as alternativas apresentam itens que podem ser recolhidos e encaminhados para reciclagem.